



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**RELUCI – CONTAS DO ORDENADOR DE
DESPESAS PREFEITURA**

(ITEM 3.2.2, ANEXO III DA IN TCCES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2020



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

Prefeito Municipal

Cleudemir José de Carvalho Neto

Controlador Geral Interno

Luciane Teresinha Provani Palácios

Coordenador da Unidade Central de Controle Interno

Eduarda Simonetti Páse

Auditores Públicos Municipais

Roberta Querubim Medeiros Martins

Douglas da Silva Martins

Período: 03/01/2018 à 23/03/2020

11/08/2020 à 30/11/2020



SUMÁRIO

1. Relatório	4
1.1. Introdução	4
1.2. Pontos de Controle verificados	4
1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle	12
1.4. Análise das Demonstrações Contábeis	16
1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	16
1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário	16
1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário	17
1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário	17
1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária	17
1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária	18
1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	18
1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	18
1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial	19
1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores	19
1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada	19
1.5. Constatações quanto aos Arquivos da PCA.....	20
2. Parecer do Controle Interno.....	20



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANUAL ORDENADOR PREFEITURA – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Gestor responsável: Cleudenir José de Carvalho Neto

Exercício: 2020

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade Central de Controle Interno realizou no exercício de 2020 procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para verificação, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido pelas constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada ⁹
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2020, do PREVIDRP e do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Valor Total Liquidado R\$ 1.391.217,93 INSS: R\$728.042,94 PREVIDRP: 663.174,99	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios de Pagamentos das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2020, do PREVIDRP e do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Valor Pago R\$1.447.876,02 INSS: R\$747.403,35 PREVIDRP: R\$700.472,67	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias, do INSS e do PREVIDRP, emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Regime de Competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias	-	-
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatório Listagem Liquidação/Descuento x Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte servidor, do PREVIDRP e do INSS emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total Pago R\$ 757.973,55 INSS: R\$292.318,81 PREVIDRP: R\$465.654,74 Houve o repasse tempestivo ao regime de previdência. A competência 12/2019 foi paga em janeiro/2020.	100%
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias confrontado com o Relatório de Liquidação das contribuições previdenciárias, do INSS e do PREVIDRP, emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Não existem débitos previdenciários referente ao Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e constatado no sistema contábil da UG Prefeitura. Não foi possível checar tais dados com o INSS, entretanto no sistema contábil do Fundo Municipal de Saúde não existem parcelamento com o RGPS.	50%
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Comparativo	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Comparativo realizado através do Sistema contábil	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	a Receber	realizado através do Sistema contábil do FMS, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado		medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	do FMS, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado	
1.3.1	Bens em Estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelo sistema contábil. Tabelas 10, 11, 12 e 13 do sistema patrimonial e tabelas 16 e 17 do sistema de almoxarifado. Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis e Inventário de bens em Almoxarifado, constantes no processo 0785/2021	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	R\$27.095.740,04 (de acordo com a conta Imobilizado do Balanço Patrimonial) Conferencia entre os valores informados no Balanço Patrimonial e os inventários anuais do sistema patrimonial por conta contábil.	100%
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – Fundo Municipal de Saúde, feita através de entrevista e verificação documental.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PMDRP, feita através de entrevista e verificação documental.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PMDRP, feita através de entrevista e verificação documental.
1.3.3	Disponibilidade s financeiras depósito e aplicação	Extratos Bancários disponibilizados pela Divisão de Finanças	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$6.075.378,31 (de acordo com a soma dos saldos dos extratos bancários)	100%
1.3.4	Disponibilidade s financeiras	Termo de Verificação de	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações	R\$6.137.281,09 (de acordo com o saldo contábil do	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	depósito e aplicação	Disponibilidades Financeiras emitido no sistema contábil		contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	TVDISP)	
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Balanco Patrimonial, emitido no sistema contábil e arquivo DEMDATA – Quadro auxiliar ao Demonstrativo da Dívida, enviado pela Divisão de Tributação, através do processo 0783/2021.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar de as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	R\$865.195,61	100%
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Relatório e informações constantes no processo 1256/2021.	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	R\$61.567,64	100%
1.3.7	Obrigações Contraídas no último ano de mandato	Listagem de Empenhos Demonstrativo de Restos a Pagar Fluxo de Caixa Bancário Demonstrativo da Dívida Flutuante	LC 101/2000, art.42	Avaliar se o titular do poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Listagem de Empenhos Demonstrativo de Restos a Pagar Fluxo de Caixa Bancário Demonstrativo da Dívida Flutuante	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA Compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos da PCA	IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos emitidos pelo sistema contábil e recebido da Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Tributação, Área de Almoxarifado e Patrimônio.	100%
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Balanco Patrimonial Balanco Financeiro Demonstrativo	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que	Balanco Patrimonial Balanco Financeiro Demonstrativo de Restos a Pagar Demonstrativo da Dívida	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		da Dívida Flutuante Demonstração Fluxo de Caixa Demonstrativo de Restos a Pagar Balancete de Verificação		dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	Flutuante Demonstração Fluxo de Caixa Balancete de Verificação	
2.2.34	Despesa auxílios, contribuições e subvenções.	– Legislação Específica Balancete da Despesa Orçamentária	Lei nº866/2019 LDO Lei nº 887/2019 LOA Decreto 3.196/2017 Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/ Espera Feliz 1º Termo de Apostilamento do Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/Espera Feliz Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Lei nº866/2019 LDO Lei nº 887/2019 LOA Decreto 3.196/2017 Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/ Espera Feliz 1º Termo de Apostilamento do Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/Espera Feliz Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz	100%
2.2.35	Despesa subvenção social.	– Legislação Específica	Lei nº866/2019 LDO Lei nº 887/2019 LOA Decreto 3.196/2017 Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/ Espera Feliz 1º Termo de Apostilamento do Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/Espera Feliz Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Lei nº866/2019 LDO Lei nº 887/2019 LOA Decreto 3.196/2017 Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/ Espera Feliz 1º Termo de Apostilamento do Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/Espera Feliz Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz	100%
2.3.1	Passivos	Balancete	CRFB/88, art. 100. /Lei	Avaliar se os		100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	analítico da Despesa Orçamentária	nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Os precatórios foram contabilizados em Pagamento de Precatórios Judiciais / Sentenças Judiciais – 33909100000 / Demais Fornecedores a Pagar - 213110199000	
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Balancete analítico da Despesa Orçamentária e Listagem de Empenhos, emitidos no sistema contábil e informação prestada pelo Procurador Municipal, através do processo 4017/2020	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	R\$ 609.318,95	100%
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Balancete de Verificação da Despesa	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Não houve transferência voluntária para outro ente da federação.	100%
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei 627/2006 (11% Alíquota Servidor) Lei 752/2012 (17,56% Alíquota Patronal) Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal. O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI.	100%
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Guias Previdenciárias constantes nos processos 5995/2019, 5994/2019, 5993/2019, 5878/2019, 5876/2019, 5937/2019, 5595/2019, 6036/2019, 6047/2019, 5912/2019, 5884/2019, 5901/2019, 6047/2019, 5884/2019,	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Guias Previdenciárias	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		22/2020, 192/2020				
2.5.7	Servidores cedidos	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	100%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021	100%
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Lei 924/2020, Artigo 54-A Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Anual UG Prefeitura	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	R\$403.963,42	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0790/2021, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do Instituto e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0790/2021, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do Instituto e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	100%
2.5.37	Registro de Admissões	-	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo	Não foram enviadas admissões de servidores efetivos no exercício de 2021, em	-



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				encaminhadas ao TCE para fins de registro.	virtude de que em 2016 expirou o prazo para nomeações referente ao concurso de 2012.	
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei 335/1990	-	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	No estatuto dos servidores públicos municipais não está regulado percentual mínimo de servidores efetivos de cargo em comissão.	-
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei 604/2005 Auditoria 001/2018 Processo 5301/2018 Processo 1874/2020	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei 604/2005 Auditoria 001/2018 Processo 5301/2018 Processo 1874/2020	100%
2.6.4	Pessoal – teto	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021 Relatório Teto Remuneratório dos Servidores	100%
2.7.1	Cumprimento da IN STR 01/2015 – Gerenciamento e Controle do uso da Frota	Relatórios enviados pelas secretarias e IN STR 01/2015	IN STR 01/2015	Verificar se está sendo cumprida a IN STR 01/2015	Análises por amostragem dos relatórios enviados a esta UCCI, referente aos meses de janeiro, abril, junho, julho e outubro/2020.	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

1.3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Conforme verificado no relatório de liquidação, o princípio da competência foi respeitado na contabilização das contribuições previdenciárias parte patronal (RPPS e RGPS).	-	Regular
1.2.2	O pagamento das contribuições previdenciárias - parte patronal, referente ao exercício de 2020, foram realizados tempestivamente, de acordo com análise realizada no relatório de pagamentos emitido através do sistema contábil. A competência 12/2019 foi paga em janeiro/2020. Parte da competência 12/2020 (RGPS) foi paga em janeiro/2021	-	Regular
1.2.3	Não houve pagamento em atraso das obrigações previdenciárias (parte patronal e parte servidor), portanto não foi necessário a contabilização de juros e multas.	-	Regular
1.2.4	A retenção das contribuições previdenciárias dos servidores, referente ao exercício de 2020, foram repassadas tempestivamente ao RPPS e ao RGPS, de acordo com os relatórios analisados.	-	Regular
1.2.5	Não existem débitos previdenciários referente a UG Prefeitura, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e constatado no sistema contábil da PMDRP. Não foi possível checar tais dados com o INSS, entretanto no sistema contábil da PMDRP não existe parcelamento com o RGPS.	-	Regular
1.2.8	As obrigações previdenciárias parte patronal e parte servidor, referente ao exercício de 2020, foram recolhidas tempestivamente, motivo pelo qual não foi necessário a cobranças das mesmas.	-	Regular
1.3.1	Ao se confrontar o "valor atual" do Ativo Imobilizado - Balanço Patrimonial (R\$27.095.740,04) com a soma dos "valores atuais" constantes nos Inventários de Bens Móveis e Imóveis (R\$ 27.112.858,10) verificou-se a diferença de R\$17.118,06 Demonstrando não haver a evidência da integralidade dos bens nos demonstrativos contábeis.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre a necessidade da realização de conferência mensal entre o sistema Contábil e o sistema Patrimonial.	A Regularizar
1.3.2	De acordo com a análise realizada nos Termos de Guarda e Responsabilidade entregues a esta UCCI, durante Acompanhamento da situação da Auditoria Operacional 02/2019, os registros analíticos de bens de caráter permanente da Unidade Gestora Prefeitura, estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização. Entretanto, através do referido Acompanhamento, verificou-se as seguintes inconsistências: -Maior número de locais ativos do que os termos gerados no sistema; -Ausência de placa de tombamento nos bens móveis.	Comunicação ao Prefeito Municipal reiterando sobre as inconsistências detectadas, orientando sobre a necessidade da realização dos serviços da Comissão de Inventário.	A Regularizar
1.3.3	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, todas as contas bancárias pertencentes a UG Prefeitura estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
1.3.4	Conforme informado pela Divisão de Contabilidade juntamente com Divisão de Finanças, a diferença existente (R\$61.902,78)	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	entre o valor do Saldo Contábil do Termo de Verificação das Disponibilidades (R\$6.137.281,09) e a soma do saldo em 31/12/2019 dos extratos bancários (R\$6.075378,31) se deve ao fato de que a maioria das receitas provenientes de retenções de servidor foram pagas em 29/12/2021, entretanto o crédito bancário ocorreu em janeiro/2021.																																		
1.3.5	<p>Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa (DEMDATA) saldo total final = R\$865.195,61</p> <p>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (BALPAT) =R\$458.081,85</p> <p>Dívida Ativa tributária (BALPAT) = R\$865.195,61</p> <p>De acordo com entrevista realizada com o chefe da Divisão de Tributação verificou-se que no Demonstrativo Contábil (BALPAT) o valor da Dívida Ativa tributária está inconsistente, em virtude de que o valor de R\$865.195,61(DEMDATA) representa o somatório da Dívida Ativa Tributária e de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.</p> <p>No sistema Tributário o valor referente a Tomada de Contas-TCEES foi inserido em Dívida Ativa de ISS.</p>	Comunicação ao Prefeito Municipal solicitando que seja determinado a Divisão de Contabilidade e a Divisão de Tributação para que verifiquem a inconsistência relatada e promovam sua regularização no exercício de 2021.	A Regularizar																																
1.3.6	Conforme informações prestadas no processo 1256/2021, no exercício de 2020 a cobrança de Dívida Ativa de IPTU foi realizada através de Notificação de Dívida Ativa aos contribuintes. O envio das CDA's ao cartório, assim como as possíveis execuções judiciais serão realizadas no exercício de 2021.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre a necessidade de se implementar ações para o aumento da arrecadação municipal.	A Regularizar																																
1.3.7	<p>Após análise das informações contidas na Listagem de Empenhos, Demonstrativo de Restos a Pagar, Fluxo de Caixa Bancário e Demonstrativo da Dívida Flutuante, apurou-se existir Suficiência Financeira para cobrir os restos a pagar, ,as consignações e os depósitos caução/honorários advocatícios em 2021, levando-se em consideração o valor constante na conta bancária com a Fonte de Recursos Próprios.</p> <p>Detalhamento da apuração está no Anexo I, deste Relatório</p>	-	Regular																																
1.5.1	<table><tr><th>Arquivo</th><th>Inconsistência</th></tr><tr><td>TERMOV</td><td>Falta assinatura de membro da comissão.</td></tr><tr><td>TERIMO</td><td>Falta assinatura de membro da comissão.</td></tr><tr><td>TERALM</td><td>Falta assinatura de membro da comissão.</td></tr><tr><td>TERINT</td><td>Falta assinatura de membro da comissão.</td></tr><tr><td>DELCEDI</td><td>Data da Declaração informada 19/03/2021.</td></tr><tr><td>CRONOS</td><td>Não foi expedito ato normatizando a ordem cronológica dos pagamentos em 2020, entretanto, conforme justificativa o município seguiu a ordem cronológica para pagamentos.</td></tr><tr><td>DELREPI</td><td>Data da Declaração informada 19/03/2021.</td></tr></table>	Arquivo	Inconsistência	TERMOV	Falta assinatura de membro da comissão.	TERIMO	Falta assinatura de membro da comissão.	TERALM	Falta assinatura de membro da comissão.	TERINT	Falta assinatura de membro da comissão.	DELCEDI	Data da Declaração informada 19/03/2021.	CRONOS	Não foi expedito ato normatizando a ordem cronológica dos pagamentos em 2020, entretanto, conforme justificativa o município seguiu a ordem cronológica para pagamentos.	DELREPI	Data da Declaração informada 19/03/2021.	<table><tr><th>Arquivo</th><th>Proposição</th></tr><tr><td>TERMOV</td><td>Recolher assinatura de todos os membros da comissão.</td></tr><tr><td>TERIMO</td><td>Recolher assinatura de todos os membros da comissão.</td></tr><tr><td>TERALM</td><td>Recolher assinatura de todos os membros da comissão.</td></tr><tr><td>TERINT</td><td>Recolher assinatura de todos os membros da comissão.</td></tr><tr><td>DELCEDI</td><td>De acordo com IN 68/2020 a data da Declaração deve ser 31/12/2020.</td></tr><tr><td>CRONOS</td><td>Expedir ato normatizando a ordem cronológica dos pagamentos para o 2021.</td></tr><tr><td>DELREPI</td><td>De acordo com IN 68/2020 a data da Declaração deve ser 31/12/2020.</td></tr></table>	Arquivo	Proposição	TERMOV	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.	TERIMO	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.	TERALM	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.	TERINT	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.	DELCEDI	De acordo com IN 68/2020 a data da Declaração deve ser 31/12/2020.	CRONOS	Expedir ato normatizando a ordem cronológica dos pagamentos para o 2021.	DELREPI	De acordo com IN 68/2020 a data da Declaração deve ser 31/12/2020.	A Regularizar
Arquivo	Inconsistência																																		
TERMOV	Falta assinatura de membro da comissão.																																		
TERIMO	Falta assinatura de membro da comissão.																																		
TERALM	Falta assinatura de membro da comissão.																																		
TERINT	Falta assinatura de membro da comissão.																																		
DELCEDI	Data da Declaração informada 19/03/2021.																																		
CRONOS	Não foi expedito ato normatizando a ordem cronológica dos pagamentos em 2020, entretanto, conforme justificativa o município seguiu a ordem cronológica para pagamentos.																																		
DELREPI	Data da Declaração informada 19/03/2021.																																		
Arquivo	Proposição																																		
TERMOV	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.																																		
TERIMO	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.																																		
TERALM	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.																																		
TERINT	Recolher assinatura de todos os membros da comissão.																																		
DELCEDI	De acordo com IN 68/2020 a data da Declaração deve ser 31/12/2020.																																		
CRONOS	Expedir ato normatizando a ordem cronológica dos pagamentos para o 2021.																																		
DELREPI	De acordo com IN 68/2020 a data da Declaração deve ser 31/12/2020.																																		



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.2.24	<p>Restos a pagar</p> <table><tr><th>Balanco Financeiro</th><th>Dem. Dívida Flutuante</th></tr><tr><td>RPNP:R\$ 670.981,49</td><td>RPNP:R\$ 671.684,00</td></tr><tr><td>RPP :R\$ 105.715,09</td><td>RPP :R\$ 106.450,52</td></tr><tr><td>Total: R\$776.696,58</td><td>Total :R\$778.134,52</td></tr><tr><th>DEMRA</th><th>BALVER</th></tr><tr><td>RPNP:R\$ 671.684,00</td><td>RPNP:R\$ 671.684,00</td></tr><tr><td>RPP :R\$ 106.450,52</td><td>RPP :R\$ 106.450,52</td></tr><tr><td>Total :R\$778.134,52</td><td>Total: R\$778.134,52</td></tr></table> <p>Ao se confrontar o valor dos Restos a Pagar informado nos demonstrativos contábeis, observou-se divergência no valor de R\$1.437,94.</p> <p>No Balanco Financeiro os valores demonstrados referentes aos Restos a Pagar Processado e Não Processado, não confere com o valor informado no relatório DEMRA - Demonstrativo de Restos a Pagar, no relatório DEMDFLT - Demonstrativo da Dívida Flutuante e no BALVER - Balancete de Verificação, em virtude de que não está informado o valor de RPNP – Exercícios Anteriores (R\$702,51) e o valor de RPP - Exercícios Anteriores (R\$735,43) conforme demonstrado no BALVER – Balancete de Verificação, totalizando a diferença de R\$1.437,94</p> <p>Balanco Patrimonial Valor da Dívida Ativa demonstrada no BALPAT: R\$865.195,61 Valor dos demais Créditos e Valores a Curto Prazo no BALPAT: R\$458.081,85 Valor no Resumo Geral por Código Contábil – Dívida Ativa: R\$865.195,61 (Incluído o valor dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo)</p> <p>Ao se confrontar o “valor atual” do Ativo Imobilizado - Balanco Patrimonial (R\$27.095.740,04) com a soma dos “valores atuais” constantes nos Inventários de Bens Móveis e Imóveis (R\$ 27.112.858,10) verificou-se a diferença de R\$17.118,06</p> <p>Demonstração dos Fluxos de Caixa O valor demonstrado em “Aquisição de Ativo Não Circulante – desembolso – Fluxo de Caixa das Atividades de investimento – Demonstração dos Fluxos de Caixa” (R\$2.691.181,57) está divergente da soma dos valores dispostos na Tabela 11 – Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de Bens Móveis (R\$1.109.698,87) + Tabela 13 – Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de Bens Imóveis (R\$1.541.481,88) = (R\$2.651.180,75), perfazendo uma diferença de(R\$40.000,82).</p>	Balanco Financeiro	Dem. Dívida Flutuante	RPNP:R\$ 670.981,49	RPNP:R\$ 671.684,00	RPP :R\$ 105.715,09	RPP :R\$ 106.450,52	Total: R\$776.696,58	Total :R\$778.134,52	DEMRA	BALVER	RPNP:R\$ 671.684,00	RPNP:R\$ 671.684,00	RPP :R\$ 106.450,52	RPP :R\$ 106.450,52	Total :R\$778.134,52	Total: R\$778.134,52	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento da referida exigência, em virtude da ausência de conferência dos setores responsáveis pelas informações lançadas nos demonstrativos contábeis e patrimoniais.	A Regularizar
Balanco Financeiro	Dem. Dívida Flutuante																		
RPNP:R\$ 670.981,49	RPNP:R\$ 671.684,00																		
RPP :R\$ 105.715,09	RPP :R\$ 106.450,52																		
Total: R\$776.696,58	Total :R\$778.134,52																		
DEMRA	BALVER																		
RPNP:R\$ 671.684,00	RPNP:R\$ 671.684,00																		
RPP :R\$ 106.450,52	RPP :R\$ 106.450,52																		
Total :R\$778.134,52	Total: R\$778.134,52																		
2.2.34 e 2.2.35	<p>A concessão de Subvenção a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Espera Feliz está previsto no Decreto 3.196/2017, no Termo de Colaboração 01/2020 – APAE/ Espera Feliz, juntamente com seu 1º Termo de Apostilamento, assim como na LDO e na LOA para o exercício de 2020.</p> <p>A concessão de Subvenção ao Lar São Sebastião de Espera Feliz está previsto no Decreto 3.196/2017, Termo de Colaboração 01/2019 – 1º Aditivo - Lar São Sebastião/Espera Feliz, juntamente com seu 1º Termo Aditivo de Prorrogação, assim como na LDO e na LOA para o exercício de 2020.</p>	-	Regular																
2.3.1	De acordo com verificação do Balancete analítico da Despesa Orçamentária, os precatórios foram contabilizados em Pagamento de Precatórios Judiciais / Sentenças Judiciais –	-	Regular																



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	33909100000 / Demais Fornecedores a Pagar – 213110199000.		
2.3.2.	O valor de R\$ 609.318,95 foi pago ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo dentro do exercício de 2020.	-	Regular
2.4.1	Não houve transferência voluntária para outro ente da federação.	-	Regular
2.5.4	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal. Lei 627/2006 (11% Alíquota Servidor) Lei 752/2012 (17,56% Alíquota Patronal) Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal, a partir da competência agosto/2020) O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI.	-	Regular
2.5.5	O recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao PREVIDRP, ocorreram através das guias previdenciárias constantes nos processos 5995/2019, 5994/2019, 5993/2019, 5878/2019, 5876/2019, 5937/2019, 5595/2019, 6036/2019, 6047/2019, 5912/2019, 5884/2019, 5901/2019, 6047/2019, 5884/2019, 0022/2020 e 0192/2020.	-	Regular
2.5.7	Confrontando as informações prestadas pelo PREVIDRP e pela Divisão de Recursos Humanos verificou-se que no exercício de 2020 não foi informado ao PREVIDRP a cessão de servidores, em virtude de que o setor responsável estava elaborando rotinas e solicitando a empresa locadora do software de pessoal relatório adequado para acompanhamento da cessão de servidores.	Comunicação ao Prefeito Municipal, para que determine que seja solicitado a empresa locadora do software do sistema de Recursos Humanos a inserção de todos os dados dos servidores, afim de que se regularize o achado detectado.	A Regularizar
2.5.10	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021, não existem acordos de parcelamentos com a UG Prefeitura.	-	Regular
2.5.22	Contabilizado através da conta contábil 211220700000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial a Pagar, na UG Prefeitura. Empenhado no Elemento de Despesa 33919700000. No PREVIDRP foi contabilizado na conta contábil 451320202000 – Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial – Aportes Periódicos. Receita Orçamentária 19900111000.		Regular
2.5.26	De acordo com informação prestada pelo Chefe da Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021, foi realizado no exercício de 2020 o Censo Atuarial dos servidores ativos, através do processo 1872/2020. A atualização dos dados cadastrais dos aposentados e pensionistas do RPPS é realizado pelo próprio Instituto, com acompanhamento permanente, de acordo com informação da servidora Janaína Breda, responsável pela Folha de Pagamento do PREVIDRP.	-	Regular
2.5.37	Não foram enviadas admissões de servidores efetivos no exercício de 2021, em virtude de que em 2016 expirou o prazo para nomeações referente ao concurso de 2012.	-	Regular
2.6.2	No estatuto dos servidores públicos municipais (Lei 335/1990) não está regulado percentual mínimo de servidores efetivos em cargo em comissão.	-	Regular
2.6.3	A partir da Auditoria 001/2018 e do processo nº 5301/2018, identificou-se que a Legislação Municipal referente à contratações temporárias (Lei nº 604/2005) encontra-se desatualizada para comportar os novos entendimentos legais, doutrinários e jurisprudenciais. Observou-se que o Chefe do Poder Executivo encaminhou projeto de lei promovendo as adequações necessárias, através do processo 1874/2020, entretanto o projeto de lei enviado a câmara foi rejeitado. Consta-se ainda a não realização de concursos para provimento de vagas temporárias (processo seletivo), conforme determinado pela lei municipal nº 604/2005 e a Lei Complementar nº 41/ em vigência.	Comunicação ao Prefeito Municipal reiterando as orientações realizadas através do despacho 003/2019 (processo 5301/2018) a orientação quanto a atualização da Lei nº 604/2005 para comportar os novos entendimentos legais, doutrinários e jurisprudências acerca do tema que porventura tenham surgido após o ano de edição da referida lei, assim como a observância da necessidade da realização de concurso para provimento de vagas temporárias (processo seletivo) anterior às contratações para necessidade temporária de excepcional interesse público, uma vez que	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		tanto a Lei nº 604/2005 e a Lei Complementar nº 41/2017 preveem a necessidade da realização de processo seletivo para esses casos.	
2.6.4	De acordo com informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021, contendo o Relatório "Teto Remuneratório dos Servidores", verificou-se que o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	-	Regular
2.7.1	Durante o exercício de 2020, foram realizadas análises, por amostragem (meses de janeiro, abril, junho, julho e outubro), dos relatórios referentes ao controle de viagens e abastecimentos realizados pelas secretarias que possuem frota. Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social.	Foram detectadas inconsistências quanto ao preenchimento dos relatórios de viagens e quanto as rotinas pré-estabelecidas pela IN STR 01/2015. Esta UCCI comunicou aos secretários responsáveis pela frota de cada pasta as inconsistências identificadas.	Em regularização (por entendermos que são regularizadas a medida que são detectadas)

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.

1.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanço Financeiro (a)	670.981,49
Balanço Orçamentário (b)	670.981,49
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	105.715,09
Balanço Orçamentário (b)	105.715,09
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”, com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	25.304.270,39
Balanço Orçamentário (b)	25.304.270,39
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	19.171.288,28
Balanço Orçamentário (b)	19.171.288,28
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)	
Balanço Financeiro (a)	5.366.951,09
Balanço Patrimonial (b)	5.366.951,68
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis

1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)	
Balanço Financeiro (a)	6.103.859,25
Balanço Patrimonial (b)	6.103.859,25
Divergência (a-b)	736.907,57

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	
Exercício atual	
DVP (a)	2.186.286,10
Balanço Patrimonial (b)	2.186.286,10
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	1.217.119,46
Balanço Patrimonial (b)	1.217.119,46
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
Saldos Devedores (a) = I + II	58.913.453,30
Ativo (BALPAT) - I	34.589.295,85
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	24.324.157,45
Saldos Credores (b) = III – IV + V	58.913.453,30
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	34.589.295,85
Resultado Exercício (BALPAT) - IV	2.186.286,10
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	26.510.443,55
Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.

1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	19.171.288,28
Dotação Atualizada (b)	20.881.294,14
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	-1.710.005,86

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores



superiores à dotação atualizada.

1.5. CONSTATAÇÕES QUANTO AOS ARQUIVOS DA PCA

A verificação das consistências contábeis x patrimoniais da Unidade Gestora Prefeitura teve início em 10/02/2021, após liberação do setor contábil, em virtude de que nesta data houve a homologação da competência dezembro e 13/2020 no TCEES.

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida através da documentação constante no processo nº 0783/2021 - Divisão de Tributação, processo nº 0785/2021 - Área de Almoxarifado e Patrimônio, processo nº 0786/2021 - Procuradoria Geral do Município, processo nº 0790/2021 - Divisão de Recursos Humanos, processo nº 1256/2021 – Secretaria de Administração e Finanças e processo nº 0834/2021 – PREVIDRP.

Os arquivos contábeis que serão gerados pelo TCEES, foram emitidos através do sistema contábil, pela própria Unidade Central de Controle Interno, outra parte da documentação, que serviu de base para verificação da consistência dos arquivos da PCA foi enviada pela Divisão de Contabilidade, através do processo nº 1547/2021, no dia 24/03/2021.

O Prefeito Municipal será comunicado através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas, afim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2021.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Cleudenir José de Carvalho Neto, responsável por esta Unidade Gestora, relativa ao exercício de 2020.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, acima descritos e elencados nos itens 1.3 (22 com situação Regular, 08 com situação “A Regularizar” e 1 com a situação Regularizando) e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, além das constatações sobre os arquivos da PCA - item 1.5(07 em desacordo com IN 68/2020), entendemos que a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Dorcas do Rio Preto/ES, 25 de março de 2021.

Luciane Teresinha Provani Palácios

Controlador Geral Interno
Matrícula 012673
CRC ES 017959/O-2



Prefeitura Municipal de Doros do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

Anexo I - PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO - P Controle 1.3.7

Saldo Contas Bancárias por Fonte de Recursos				Saldos Empenhos por F de Recursos				Disponibilidade FR
B Brasil	Banestes	CEF		Valor Empenhos				Saldo Contas Bancárias
10010000000	R\$ 987.677,83	R\$ 1.382.859,07	R\$ 14.665,79	R\$ 2.385.202,69	-R\$ 86.876,50			R\$ 2.298.326,19
11110000000	R\$ -	R\$ 6.857,16	R\$ -	R\$ 6.857,16	-R\$ 2.520,58			R\$ 4.336,58
11120000000	R\$ 52.658,33	R\$ 382.231,08	R\$ -	R\$ 434.889,41	-R\$ 4.773,90			R\$ 430.115,51
11130000000	R\$ -	R\$ 67,41	R\$ -	R\$ 67,41	-R\$ 2.053,56			-R\$ 1.986,15
11200000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.030,72			-R\$ 2.030,72
11140000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -				
11210000000	R\$ 1.704,78	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.704,78				R\$ 1.704,78
11220000000	R\$ 8.610,59	R\$ -	R\$ 1.107,69	R\$ 9.718,28				R\$ 9.718,28
11230000000	R\$ 122.814,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 122.814,62				R\$ 122.814,62
11240000000	R\$ 443.779,72	R\$ -	R\$ -	R\$ 443.779,72				R\$ 443.779,72
11900000000	R\$ -	R\$ 37.696,90	R\$ -	R\$ 37.696,90				R\$ 37.696,90
13110000000	R\$ 202.970,91	R\$ 5.377,25	R\$ -	R\$ 208.348,16	-R\$ 843,55			R\$ 207.504,61
13110001000	R\$ 35,17	R\$ -	R\$ -	R\$ 35,17				R\$ 35,17
13900090000	R\$ -	R\$ 178.458,43	R\$ -	R\$ 178.458,43	-R\$ 854,04			R\$ 177.604,39
15100001000	R\$ 100.056,79	R\$ -	R\$ 73.803,98	R\$ 173.860,77				R\$ 173.860,77
15100004000	R\$ -	R\$ -	R\$ 286.501,82	R\$ 286.501,82	-R\$ 236.500,00			R\$ 50.001,82
11030000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-R\$ 112,23			-R\$ 112,23
15300000000	R\$ 768.281,78	R\$ -	R\$ -	R\$ 768.281,78	-R\$ 11.750,38	-R\$ 5.280,00		R\$ 751.251,40
15400000000	R\$ -	R\$ 286.788,16	R\$ -	R\$ 286.788,16		-R\$ 78.436,77		R\$ 208.351,39
16100000000	R\$ 12.134,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.134,62		-R\$ 12.520,00		-R\$ 385,38
17100000000	R\$ -	R\$ 43.026,99	R\$ -	R\$ 43.026,99				R\$ 43.026,99
19300000000	R\$ -	R\$ 3.496,18	R\$ -	R\$ 3.496,18				R\$ 3.496,18
19900000000	R\$ 8.933,17	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.933,17				R\$ 8.933,17
19900000001	R\$ -	R\$ 18,14	R\$ -	R\$ 18,14				R\$ 18,14
19900000003	R\$ -	R\$ 599.603,48	R\$ -	R\$ 599.603,48	-R\$ 269.722,29			R\$ 329.881,19
19900000006	R\$ 63.160,47	R\$ -	R\$ -	R\$ 63.160,47				R\$ 63.160,47



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

15100000200	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-R\$ 63.860,00		-R\$ 63.860,00
				R\$ 6.075.378,31			
	R\$ 2.772.818,78	R\$ 2.926.480,25	R\$ 376.079,28	R\$ 6.075.378,31	-R\$ 681.897,75	-R\$ 96.236,77	-R\$ 778.134,52

Saldo Consignações				Saldo Depósitos			
INSS Servidores	R\$	36.757,48	Honorários Adv	R\$	5.135,06		
INSS Serv Terc	R\$	3.416,56	Dep e Cauções	R\$	33.370,06		
IRRF PF/PJ	R\$	1,07					
IRRF Fopag	R\$	1.662,52					
Indenizações	R\$	284,85					
ISS	R\$	1.993,82					
Pensão Alimentícia	R\$	280,46					
Empréstimo Banestes	R\$	46.489,70					
Empréstimo CEF	R\$	2.296,75					
Sindicadores CM	R\$	178,61					
Sindicadores Lab	R\$	68,50					
Desc. Lanç Maior	R\$	3.173,97					
Desc. Multa Transito	R\$	1.021,86					
RPPS - Ret	R\$	3.133,40					
	R\$	100.759,55		R\$	38.505,12	R\$	139.264,67

As consignações e Depósitos podem ser pagas no exercício de 2021 com a F Recursos 10010000000 - Rec. Próprios

Saldo Empenho 10010000000

R\$ 1.325,71

R\$ 85.550,79

R\$ 86.876,50

Saldo de empenho no valor de R\$5.280,00 - F Recursos 25300000000

Saldo de empenho no valor de R\$78.436,77 - F Recursos 25400000000

Saldo de empenho no valor de R\$12520,00 - F Recursos 26100000000

De acordo com demonstrado na tabela acima, apurou-se que os restos a pagar, as consignações e os depósitos caução/honorários a serem pagos no exercício de 2021, tem Suficiência Financeira, levando-se em consideração o saldo bancário com a Fonte de Recursos Próprios - 10010000000